

**Cópia:**

Do Acórdão proferido nos autos de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade n.º 1/2022, requerida por um grupo de 15 Deputados à Assembleia Nacional, tendo por objeto a Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional n.º 03/X/2021, publicada no B.O n.º 114, II Série, de 19 de julho.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 17/2023

(Relativo aos Autos de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade e da Legalidade da Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, publicada no BO n.º 114, II Série, de 19 de julho, que procedeu a autorização para detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Oliveira, com vista à apresentação do mesmo a primeiro interrogatório judicial)

I. Relatório

1. 15 Deputados pertencentes aos dois grupos parlamentares representados na Assembleia Nacional, o Movimento para a Democracia (MPD) e o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), e a uma formação política sem força de grupo parlamentar, a União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), deram entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 5 de maio de 2022, a um pedido de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade e legalidade que tem por objeto a Resolução da Comissão Permanente daquele órgão de soberania, identificada com o n.º 3/X/2021 e publicada no Boletim Oficial n.º 114, de 19 de julho, II Série.

2. A Resolução, assinada por S.E. o Senhor Presidente da Assembleia Nacional, ***que também preside à Comissão Permanente***, apresenta o seguinte texto:

Resolução n.º 3/X/2021

«A Comissão Permanente vota, nos termos da al. a) do n.º 5 do art.º 148º, da Constituição da República, a seguinte resolução:

Artigo Único

Conceder, ao abrigo do disposto no nº 2 do art.º 170º da Constituição da República, do nº 1 do art.º 11º e do art.º 12º da Lei nº 35/V/97, de 25 de agosto, que aprova o Estatuto dos Deputados, do nº 2 do art.º 23º da Lei nº 85/VI/2005, de 26 de dezembro, a pedido do Procurador-Geral da República, autorização para a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial, nos termos do artigo 78º, e al. a) do artigo 264º do Código de Processo Penal.

Aprovada em 12 de julho de 2021. ...»

3. O grupo de 15 Deputados manifesta as suas dúvidas sobre a constitucionalidade ou legalidade da citada Resolução nº 3/X/2021, através da qual foi autorizada a detenção do Deputado aí referido. E pergunta se a Resolução *«não terá violado as garantias fundamentais da «imunidade parlamentar»*. O citado grupo entende que, fora de flagrante delito, o Deputado só pode ser detido ou preso, independentemente de moldura penal, depois de o tribunal competente ter proferido despacho de pronúncia, quando o processo já estiver prestes a ir para o julgamento e nunca logo no início do processo como aconteceu. Por esta razão, a Resolução seria inconstitucional.

4. Sustenta ainda o grupo que a Comissão Permanente não tem competência legal para suspender o mandato dos Deputados nos casos de procedimento criminal, em razão do disposto nos números 2 e 4 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados por exigirem uma deliberação da Assembleia Nacional tomada por: a) voto secreto; b) maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções; c) após parecer da Comissão Permanente (sic!). Para os Deputados, a Comissão Permanente estaria restringida à emissão de um parecer. Os Deputados sustentam que o próprio artigo 148º da Constituição, invocado pela Comissão Permanente como fundamento da sua competência para autorizar a detenção do Deputado, retira a esse órgão da Assembleia Nacional o poder de que se arroga, porquanto no seu nº 1 se estatui que *«A Comissão Permanente funciona durante o período em que se encontrar dissolvida a Assembleia Nacional, nos intervalos das sessões legislativas e nos demais casos e termos previstos na Constituição»*.

5. Alegam que teriam sido violadas as seguintes normas da Constituição ou da lei:

a) *A norma do nº1 do artigo 148º da CRCV, porque a 12 de julho de 2021 a Assembleia Nacional não se encontrava suspensa ou interrompida entre duas sessões diferentes dentro da mesma legislatura.*

b) *O disposto nos números 2 e 3 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados e do Regimento que determinam que, no caso de ser movido procedimento criminal contra um Deputado, a suspensão do mandato para efeitos de prosseguimento do dito processo crime, é da competência da Plenária, que decidirá por Resolução aprovada por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções e por escrutínio secreto.*

c) *A norma do nº 3 do artigo 170º da CRCV, em conjugação com o nº2 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados, que exige a existência de um prévio despacho judicial de pronúncia definitiva, o que não existe até à presente data (março de 2022).*

Acrescentam que a Assembleia Nacional estaria em pleno funcionamento na 1ª Sessão Legislativa da X Legislatura, a qual (sessão) terminaria no dia 31 de julho, segundo eles.

6. Os pressupostos da admissibilidade foram verificados pelo Venerando Juiz Conselheiro Presidente que proferiu duto despacho de admissão a 12 de maio de 2021.

7. Verificados os pressupostos de admissibilidade, o Presidente do Tribunal Constitucional, a 12 de maio de 2021 notificou a Assembleia Nacional, enquanto órgão produtor do ato, na circunstância a resolução de conteúdo individual e concreto impugnada para, querendo se pronunciar sobre ela no prazo de 30 dias. Através do seu Presidente, a Assembleia Nacional pronunciou-se sobre a mesma a 6 de junho de 2022, tendo apresentado os seguintes factos e conclusão:

a) A 1 de julho de 2021, o Senhor Procurador-Geral da República solicitou autorização para a detenção fora de flagrante delito do Senhor Deputado, Amadeu Fortes Oliveira, para que fosse apresentado ao primeiro interrogatório;

b) Considerando que a Assembleia Nacional se encontrava no intervalo das reuniões plenárias, o pedido foi remetido à Comissão Permanente;

c) Na reunião de 12 de julho de 2021 a Comissão Permanente deliberou por unanimidade, no sentido da concessão da autorização requerida;

d) O Deputado visado, que representava a UCID na Comissão Permanente, não obstante o pronunciamento escrito, expressou *«de forma inequívoca a sua disponibilidade e vontade no sentido do levantamento da sua imunidade e, conseqüentemente, concessão da autorização solicitada, à semelhança do que vinha declarando perante órgãos da comunicação social»*;

e) O Plenário da Assembleia Nacional, a pedido dos Deputados da UCID, debruçou-se de novo sobre a Resolução impugnada, precedendo parecer da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado, tendo confirmado a Resolução da Comissão Permanente.

Finalmente, a Assembleia Nacional, através do seu digníssimo Presidente, concluiu que *«a decisão objeto da presente fiscalização foi tomada nos termos da lei, com observância de todos os procedimentos legais ...»*, pelo que face ao exposto, *«carece de fundamento a alegada inconstitucionalidade e ilegalidade por violação do nº 1 do artigo 148º, nº 3, do artigo 170º da Constituição da República e nºs 2 e 3 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados»*.

8. Distribuído o processo ao Relator, este elaborou o projeto de memorando nos termos do nº 2 do artigo 71º da LTC, tendo solicitado o agendamento do mesmo com vista à realização da discussão preliminar, que foi inicialmente marcada para o dia 1 de dezembro. A pedido do Ministério Público, por razões ponderosas, a discussão viria a ser adiada para o dia 13 de dezembro de 2022.

9. Respeitando o figurino previsto na lei, foi apresentado pelo Relator o memorando com as questões de fundo a serem discutidas, seguindo-se uma breve promoção oral do digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, que entendeu colocar algumas questões prévias, designadamente quanto ao objeto do processo, à suscetibilidade do ato jurídico praticado pela Assembleia Nacional ser sujeito ao controlo da constitucionalidade, e , finalmente, quanto à legitimidade do grupo de subscritores para suscitarem a questão da Constitucionalidade.

10. Na sequência da douta promoção oral apresentada pelo digníssimo Procurador-Geral da República, seguiu-se a discussão entre os juízes, que emitiram as orientações para a resposta às questões prévias e de fundo que resultaram quer do memorando, quer da promoção do Ministério Público.

11. Elaborado e depositado na Secretaria o projeto de Acórdão, o julgamento foi marcado para o dia 2 de fevereiro de 2023. Na ocasião, antes da aprovação do projeto, foi igualmente suscitada uma questão prévia pelo Venerando Juiz Conselheiro Presidente José Pina Delgado, quanto ao alcance do conceito de ilegalidade previsto na alínea b) do artigo 280º da Constituição.

II. Fundamentação

Questões a serem respondidas

A. Questões Prévias

1. Importa antes de responder as questões de fundo, que serão enunciadas, mais abaixo, responder às questões prévias colocadas, tendo em conta essencialmente o texto da Constituição da República e a jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre algumas das questões suscitadas.

1.1. A primeira das questões prévias suscitada é relativamente ao objeto. O digníssimo Senhor Procurador-Geral da República entende que o pedido formulado pelos Deputados carece de objeto, tendo procurado fundamentar a sua posição, sustentando o seguinte: a) O PGR, ao abrigo do disposto nos artigos 170º, nº 2 e 31º, nº 1 da CRCV, do artigo 11º, nº1 da Lei nº 35/V/97, de 25 de agosto, e do artigo 23º, nº 2 da Lei nº 85/VI/2005, de 26 de dezembro, e dos artigos 78º e 264º, nº 1, alínea a) do CPP, solicitou à Assembleia Nacional, a devida autorização para a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial; b) A Assembleia Nacional através da Comissão Permanente concedeu por resolução a autorização solicitada; c) Aparentemente, haveria, no entanto, uma discrepância entre o solicitado pelo Ministério Público que se deu ao abrigo do nº 2 do artigo 170º da

Constituição e o pedido formulado pelo grupo de Deputados, que se baseia especialmente no nº 3 do mesmo artigo da Lei Fundamental; d) Discrepância esta que se nota no facto de os requerentes não terem «feito qualquer referência ao nº 2 do artigo 170º. Ora bem em relação a esta questão há que dizer que, independentemente da diferença de perspectiva do Ministério Público e dos recorrentes, facto é que o objeto para o qual se suscita a questão de inconstitucionalidade é o ato praticado pela Comissão Permanente, designadamente a Resolução nº 3/X/2021, aprovada a 12 de julho. Sendo assim, tal divergência não pode constituir óbice a que a questão colocada seja apreciada, pois se está perante matéria que pode ser objeto principal de processo de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, o qual inclui o propósito de eliminação da ordem jurídica do ato impugnável e impugnado que é a Resolução da Comissão Permanente, com a consequente destruição retroativa dos efeitos decorrentes da sua aplicação.

1.2. A segunda questão prévia colocada pelo digníssimo Senhor Procurador-Geral da República é se o ato em causa é passível de escrutínio em sede de fiscalização da constitucionalidade perante o Tribunal Constitucional. Louvando-se em doutrina elaborada *ultra muros*, designadamente em Portugal, considera que a resolução da Comissão Permanente seria um *ato estritamente político ou de governo* e por isso se encontraria subtraída ao escrutínio constitucional (citou Jorge Miranda i.a.). Com o devido respeito pelos autores então citados e pela própria posição do Ministério Público, entende, no entanto, este Tribunal que, independentemente da discussão sobre a natureza política ou outra da Resolução, a Constituição cabo-verdiana não deixa de apresentar as suas singularidades em matéria de controlo da constitucionalidade e de garantia dos direitos fundamentais do cidadão, quando comparada com a de Portugal. Podem ser apresentados como exemplos de tal singularidade o efeito *erga omnes* das decisões de inconstitucionalidade na fiscalização concreta (nº 1 do artigo 284º)¹, a existência de figura de *recurso de amparo* como meio individual para a tutela de direitos, liberdades e garantias do cidadão (artigo 20º)², mas também o facto de haver um leque de atos passíveis de controlo que para além das «normas» genericamente inclui «resoluções de

¹ Em Portugal o efeito é «inter partes». Cfr. artigo 80º da Lei sobre a organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional de Portugal.

² Em Portugal discute-se ainda sobre a introdução do recurso de amparo. Cfr. **Jorge Reis Novais**: *Em Defesa do Recurso de Amparo Constitucional* (ou uma avaliação crítica do sistema português de fiscalização concreta da constitucionalidade), In *Thémis*, Ano VI, 10, 2005. Cfr. ainda, **Carlos Blanco de Moraes**: *Justiça Constitucional*, tomo II, 2ª edição, Coimbra, 2011, p. 1032 e segs.

conteúdo normativo ou individual e concreto (alínea a) do artigo 280º)³. As resoluções podem assumir diferentes naturezas, admitindo contudo a doutrina que as resoluções da Assembleia Nacional se inserem no âmbito das suas funções políticas, uma vez que ela não exerce em geral funções administrativas⁴. Nesta linha, o legislador constituinte determinou no artigo 265º da Constituição que assumem a forma de resolução os atos da Assembleia Nacional previstos nos artigos 175º, alíneas g) a k); 178º, alíneas a) e c); 179º; 180º, alínea f); 181º, nº 1; 183º. No mesmo artigo se determina ainda que todos os demais atos da Assembleia Nacional para os quais a Constituição não determine outra forma assumem a forma de resolução. Ora bem, mesmo admitindo que as resoluções da Assembleia Nacional podem ser consideradas atos políticos⁵, ou «atos políticos atípicos», o que parece tendencialmente razoável, certo é que a Constituição cabo-verdiana prevê, no seu artigo 280º, como objeto da fiscalização de constitucionalidade além das normas, genericamente, as resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto, sendo igualmente seguro que as *Resoluções de conteúdo material normativo* se revestem de um conteúdo **geral e abstrato** e as *resoluções de conteúdo individual e concreto* podem ser vistas como decisões públicas, não legislativas, **não normativas**, com conteúdo **individual e concreto, isto é que se dirigem a** um indivíduo ou grupo de indivíduos e se reportam a uma situação concreta (ou caso isolado).

Assim, com base na Constituição da República, independentemente da doutrina sobre «atos políticos», que visou restringir o controlo constitucional de importantes fatias da atuação do Estado, facto é que no Estado constitucional de direito previsto na Constituição da República de Cabo Verde há uma clara afirmação no sentido da sindicabilidade pela Justiça Constitucional das Resoluções da Assembleia Nacional. Aliás trilhando esta via, quer o Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, quer esta Corte Constitucional têm fiscalizado a constitucionalidade de resoluções da Assembleia Nacional. Assim, o Supremo Tribunal de Justiça, a pedido do então Procurador-geral da República, Dr. Júlio Martins, apreciou a resolução da Assembleia Nacional nº 92/VII/2009, de 4 de fevereiro, tendo a propósito proferido o Acórdão nº 1

³ Em Portugal para se ampliar o controlo introduziu-se uma ideia de «conceito funcional de norma». Sobre a discussão neste país, cfr. **Jorge Miranda/Rui Medeiros**: *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, Coimbra 2007, p. 714.

⁴ Neste sentido, cfr. **Carlos Blanco de Moraes**: *Curso de Direito Constitucional*, tomo I, 2ª edição, Coimbra, 2012, p. 109.

⁵ Sobre a problemática do controlo dos atos políticos, cfr. **Cristina Queiroz**: *Os atos políticos no Estado de Direito. O problema do controlo jurídico do Poder*, Coimbra 1990.

/2009, de 7 de maio. Por seu turno, esta Corte Constitucional, já mais recentemente, debruçou-se sobre uma resolução no âmbito do Acórdão nº 27/2017, de 14 de dezembro, tendo expressado a sua posição de forma inequívoca:

«Pelo conceito e regime constitucional das resoluções, parece, pois, claro que o legislador optou por submetê-las ao controlo do Tribunal Constitucional, se não todas, pelo menos, aquelas que tenham o conteúdo material normativo, ou individual e concreto, tendo em conta o disposto no artigo 280.º da Constituição, segundo o qual o Tribunal Constitucional (...) aprecia e declara:

a) A inconstitucionalidade de quaisquer normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto;

b) A ilegalidade das normas e resoluções referidas na alínea anterior.

Portanto, a nossa Constituição construiu um sistema de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade e da legalidade o mais alargado possível, de forma a evitar, até onde fosse possível, o vazio de controlo pelo Tribunal Constitucional.

Por isso, o nosso sistema de fiscalização sucessiva e abstrata não se limita às normas em sentido clássico, caracterizadas pela generalidade e abstração, mas estende a sua área de atuação e controlo a resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto.

A pedra de toque é que em todas essas situações se possa identificar atos do poder normativo do Estado (lato sensu) e, em especial, do poder legislativo, ou seja, aqueles atos que contêm uma regra de conduta ou um critério de decisão para os particulares, para a Administração e para os Tribunais.

Ao adotar esse sistema de controle da constitucionalidade e da legalidade, quis o legislador constituinte estender o raio de ação fiscalizadora do Tribunal Constitucional a todos os atos jurídico-públicos que, independentemente da forma de que se revistam, possam conter um potencial lesivo de princípios constitucionais e legais e por essa via atinjam ilegítimamente direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A Constituição cabo-verdiana desenhou um sistema de controlo da constitucionalidade que permite ultrapassar a polémica que se gerou noutras ordens jurídicas, nomeadamente em Portugal, em torno do conceito de norma para efeito da fiscalização abstrata da Constitucionalidade, como, de resto, dão-nos conta os Pareceres da Comissão Constitucional n.ºs. 3/78, 6/78 e 13/82 (in Pareceres da Comissão Constitucional, Vol. IV, p. 221 ss., e p. 303 ss., e Vol. XIX, p. 149 ss.) e os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 26/85, 63/91, 146/92 e 255/92, publicados no Diário da República, II Série, de 26 de Abril de 1985, 3 de Julho de 1991, 24 de Julho de 1992 e 26 de Agosto de 1992, respetivamente.

Tendo demonstrado que o Tribunal Constitucional pode exercer o controlo abstrato e sucessivo sobre normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto, é chegado o momento de analisar se a Ordem do Dia que é submetida à apreciação desta Corte, pode ser reconduzida a uma resolução de conteúdo material normativo...»

As resoluções da Assembleia Nacional e do Governo não carecem de promulgação, mas são publicadas no jornal oficial da República de Cabo Verde (B.O), por determinação do artigo 269.º/1/d) da CRCV.

A aprovação da Ordem do Dia deve assumir a forma de resolução nos termos do n.º 1 do artigo 265.º da Constituição, conjugado com o disposto no artigo 292.º do Regimento da Assembleia Nacional...» Conclui-se, pois, que a resolução em causa pode, sim, ser objeto de fiscalização da constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, tendo de resto sido com o entendimento expresso de que as resoluções são suscetíveis de fiscalização pelo Tribunal Constitucional que o Procurador-Geral em 2009, Dr. Júlio Martins, suscitou a questão da aplicação do limite de idade na função pública ao juiz conselheiro Raúl Varela, eleito pelo Parlamento para o STJ, quando ele já tinha uma provecta idade (83 anos) que ultrapassava o limite estabelecido para os funcionários públicos (65 anos).

1.3. A terceira questão prévia prende-se com uma alegada falta de legitimidade do quórum de Deputados requerentes, uma vez que um dos 15 subscritores, o Senhor Deputado Alcides de Pina, que representou o Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia na Comissão Permanente, tendo votado neste órgão da Assembleia Nacional favoravelmente à concessão da autorização para a detenção do deputado Amadeu Fortes

Oliveira fora de flagrante delito, e imediata apresentação do mesmo a primeiro interrogatório, viria posteriormente a figurar na lista dos requerentes da fiscalização sucessiva da constitucionalidade do ato aprovado pela Comissão Permanente. O subscritor em causa teria afirmado que «face à realidade da situação e a própria declaração do Deputado» [Amadeu Fortes Oliveira] na comunicação social, o grupo parlamentar do MPD iria votar a favor da resolução, o que veio a fazer. Segundo o digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, não faz sentido que o Deputado que participou no debate e representou a maioria no Parlamento e que concorreu para a produção do ato, depois venha ele próprio a suscitar a questão da inconstitucionalidade do ato que aprovou. Tal poderia configurar um abuso de direito e *um venire contra factum proprium*. Assim, segundo ele, o Senhor Deputado Alcides de Pina, o único dos subscritores que representou o seu partido na Comissão Permanente que participou no pedido dirigido ao TC, não teria legitimidade para subscrever o referido pedido de fiscalização sucessiva. Sendo assim, faleceria ao grupo de 14 Deputados remanescente igualmente a legitimidade para suscitar a questão junto do Tribunal Constitucional, uma vez que não estaria reunido o número suficiente de deputados previsto na Constituição para o efeito (um mínimo de quinze Deputados). Ora, esta Corte Constitucional já se tinha confrontado com uma argumentação similar protagonizada pelo então Presidente da Assembleia Nacional no âmbito de um processo que tinha por objeto normas do Acordo entre o Governo de Cabo Verde e o Governo dos Estados Unidos da América relativo ao Estatuto do Pessoal dos Estados Unidos na República de Cabo Verde, conhecido vulgarmente por «SOFA». O processo tinha sido suscitado por 27 Deputados. Na altura, o órgão produtor da norma, na sua pronúncia, teria alegado que os Deputados que se abstiveram em relação à aprovação do Acordo entre o Governo de Cabo Verde e o Governo dos Estados Unidos da América ter-se-iam conformado com o mesmo, porque não votaram contra e que, por isso teriam perdido a legitimidade para suscitar a fiscalização da constitucionalidade junto do Tribunal Constitucional. O Tribunal entendeu não acolher tal ponto de vista com a fundamentação que se pode colher do Acórdão nº 10/2020 e que aqui se transcreve na parte que interessa: «*Alega-se que os requerentes não votaram contra o SOFA e que tacitamente se conformaram com ele. Alega-se, igualmente, que o partido político a que pertencem os mesmos [o Partido Africano da Independência de Cabo Verde] havia feito aprovar soluções idênticas às ora contestadas. Assim, teriam os ilustres Deputados perdido o direito de suscitar a inconstitucionalidade do SOFA.*»

Deste modo, começa-se por perguntar se os Senhores Deputados da IX Legislatura e que subscreveram o pedido de constitucionalidade, obviamente a título individual, gozam ou não de legitimidade para suscitarem a inconstitucionalidade do Acordo, considerando, por um lado, que se abstiveram no ato de aprovação e, por outro, que, em anterior Legislatura, a maioria parlamentar do seu Partido terá aprovado normas alegadamente idênticas às que agora são objeto de sindicância?

*1. Ao se pronunciar em nome da Assembleia Nacional enquanto órgão produtor da norma, S. E. o Presidente da Assembleia Nacional, invocando o nº 3 do artigo 590º do CPC, o artigo 217º do CC e as disposições conjugadas do nº 2 do artigo 15º e do artigo 55º do Decreto-Lei nº 14-A/83, de 22 de março, contesta a legitimidade dos Deputados subscritores para suscitarem a inconstitucionalidade do Acordo SOFA, alegando que eles se abstiveram na votação e, portanto, se conformaram com a decisão. Textualmente, conclui a sua posição da seguinte forma: «Deve, pois, considerar-se que, não tendo votado contra o SOFA e num contexto em que o partido que representam havia já feito aprovar soluções idênticas às ora contestadas relativamente ao estatuto das forças de outros países, os Senhores Deputados requerentes tácita, mas inequivocamente e com toda a probabilidade, aceitaram a aprovação e ratificação do SOFA». **«Assim perderam o direito de impugnar a constitucionalidade do mesmo».***

2. O nº 3 do artigo 590º do CPC refere-se, contudo, a recursos de decisões judiciais, dispondo o seguinte: «Não pode recorrer quem, expressa ou tacitamente, tiver aceitado a decisão depois de proferida, considerando-se aceitação tácita a ocorrência de qualquer facto inequivocamente incompatível com a vontade de recorrer». Já o artigo 217º do CC reporta-se à distinção entre declaração negocial expressa e tácita, considerando-se tácita a declaração negocial «quando se deduz de factos que, com toda a probabilidade, a revelam». Por seu turno, o nº 2 do artigo 15º, que se reporta a recursos contenciosos de âmbito administrativo, prevê que «Não pode recorrer quem tiver aceitado expressamente o ato impugnado, por havê-lo requerido ou declarado válido». O artigo 55º remete para a aplicação subsidiária de normas do processo civil em tudo quanto não estiver estipulado no Decreto-Lei nº 14-A/83, de 22 de março.

3. Ora, bem, os argumentos apresentados, não parecem colher pelas seguintes razões: em primeiro lugar, há aqui uma diferença completa de planos, de um lado, está-se a falar de recursos em processos civis que são processos de partes, e de processos no âmbito do

contencioso administrativo, do outro lado, do contencioso de constitucionalidade que tem as suas especificidades; em segundo lugar, porque a Constituição prevê as entidades legítimas para suscitar o controlo da constitucionalidade, sem qualquer condicionamento do seu poder de suscitar a constitucionalidade das leis.

4. Como se sabe, a Constituição cabo-verdiana reconhece a certas entidades o poder de suscitar a fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade, que corresponde a um típico processo de contencioso constitucional em que se fiscalizam normas ou resoluções. Tratando-se de um controlo objetivo de normas, não está em causa qualquer interesse do requerente⁶, mas sim um interesse geral. A estas entidades é atribuído tal poder uma vez que se trata de órgãos ou titulares de órgãos aos quais se reconhece, em virtude da sua posição e do seu cargo, a capacidade para defenderem o interesse geral. Assim, nos termos do artigo 280º da Constituição, têm legitimidade, em Cabo Verde, para pedir ao Tribunal Constitucional a apreciação e declaração da inconstitucionalidade ou ilegalidade de normas e resoluções o Presidente da República, o Presidente da Assembleia Nacional, um «quórum» de pelo menos quinze Deputados, o Primeiro Ministro, o Procurador-Geral da República e o Provedor de Justiça. Portanto, o poder reconhecido aos Deputados tem assento claro na Constituição, suprema lei do país, visa a defesa do interesse geral, e não está condicionado por nenhuma outra norma.

5. Estando este poder clara e incondicionadamente previsto na Constituição, lei suprema do país, nem a lei processual civil, nem a lei do contencioso administrativo, nem qualquer outra podem condicionar ou negar este poder dos Deputados.

6. O facto de os Deputados terem-se absterido na votação, no exercício legítimo do seu direito de voto, não pode constituir fundamento jurídico para se lhes negar o poder de requerer a fiscalização sucessiva abstrata de uma lei ou convenção, sobretudo porque tal poder visa a garantia da supremacia da Constituição face a outras normas.

7.

⁶ Cfr. **Klaus Schlaich** : *Procédures et techniques de protection des droits fondamentaux*, in **Louis Favoreu** : *Cours Constitutionnelles européennes et droits fondamentaux*, Paris, 1987, p. 119.

8. *E por votar abstenção nenhum Deputado pode sofrer qualquer sanção ou ver reduzida a amplitude dos seus direitos e poderes parlamentares, conforme resulta de uma leitura do nº 1 do artigo 170º da Constituição da República que consagra a indemnidade (na terminologia germânica) ou irresponsabilidade dos Deputados. Com efeito, o artigo 170º estabelece que «pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções, os Deputados e os Grupos Parlamentares não respondem civil, criminal ou disciplinarmente».*

9. *Mas, num Estado de direito democrático, até quando um Deputado aceita, como impõem as regras de jogo democrático, a decisão parlamentar em virtude da aplicação do princípio da maioria, ele, enquanto representante do Povo, pode, mesmo assim, contestar uma decisão maioritária em virtude de considerações de índole jurídico-constitucional, pedindo, juntamente com outros, ao Tribunal Constitucional para apreciar e declarar uma eventual inconstitucionalidade do ato».* Assim, na linha da sua jurisprudência, a Corte Constitucional entende que pelo facto de um Deputado ter votado a favor da Resolução da Comissão Permanente ele não perde a legitimidade que lhe é atribuída de forma incondicionada pela Constituição para suscitar questões de inconstitucionalidade relativas ao referido ato.

1.4. Finalmente, a última questão prévia refere-se, como se disse anteriormente, ao alcance do conceito de ilegalidade previsto na alínea b) do artigo 280º da Constituição. Tal questão faz sentido não só pela diferenciação que se costuma fazer entre «ilegalidade simples» e «ilegalidade qualificada», mas mais pragmaticamente pela circunstância de os requerentes da fiscalização abstrata sucessiva da Resolução em causa suscitarem o controlo desta com referência a um parâmetro legal contido no Estatuto dos Deputados em vigor.

Como se sabe, enquanto a referência a ilegalidades simples aponta para incompatibilidades entre normas regulamentares e leis, cuja sindicabilidade normalmente se remete para a área de competência dos tribunais administrativos, a ilegalidade qualificada reporta-se a incompatibilidades entre leis comuns e leis ordinárias de valor reforçado, como é o caso, em Cabo Verde, das leis de autorização legislativa, das leis de bases e daquelas que estabelecem regimes gerais de outras leis. Estas últimas leis são dotadas de uma parametricidade vinculativa e de prevalência material em relação,

respetivamente, aos decretos - legislativos, aos decretos-leis de desenvolvimento das bases e às leis que desenvolvem os regimes gerais.

O quadro normativo que regula a matéria da fiscalização da legalidade das leis e de outros atos normativos, como as resoluções, está traçado na Constituição da República e na Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional, o estatuto dos seus juizes e os processos da sua jurisdição (LTC). Assim, no artigo 280º da Carta Magna se diz que: «*O Tribunal Constitucional, a pedido do Presidente da República, da Assembleia Nacional, de pelo menos quinze Deputados, do Primeiro Ministro, do Procurador-Geral da República e do Provedor de Justiça, aprecia e declara: a) A inconstitucionalidade de quaisquer normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto; b) A ilegalidade das normas e resoluções referidas na alínea anterior*». Esta norma tem de ser lida, considerando-se o disposto no artigo 268º sobre a *hierarquia das leis*, dado que a CRCV não oferece um conceito expresso de leis reforçadas, como outras Constituições o fazem⁷. Aí nesse preceito se determina que «As leis, os decretos-legislativos e os decretos-leis têm o mesmo valor, sem prejuízo da subordinação dos decretos-legislativos às correspondentes leis de autorização legislativa e dos decretos-leis de desenvolvimento às leis que regulam as bases ou os regimes gerais correspondentes». Portanto, o controlo da legalidade pelo Tribunal Constitucional abrange aqui o controlo de decretos – legislativos, de decretos –leis de desenvolvimentos das bases ou regimes gerais correspondentes. Além do controlo de «legalidade das leis», tendo como parâmetro ou padrão de controlo as leis reforçadas, a Constituição prevê o controlo de *legalidade das resoluções* de conteúdo material normativo ou individual e concreto, tendo genericamente como parâmetro as leis. Em linha com o preceituado na Constituição da República, a LTC estipula em sede de determinação da competência específica da constitucionalidade e legalidade (artigo 11º) que compete ao Tribunal Constitucional, além da fiscalização preventiva da legalidade das propostas de referendo : « ... e) A *fiscalização sucessiva abstrata da legalidade das resoluções de conteúdo normativo ou individual e concreto*; f) A *fiscalização sucessiva abstrata da legalidade dos decretos-leis de definição dos regimes especiais das leis da Assembleia Nacional que contenham um regime geral*; g) A *fiscalização sucessiva abstrata da legalidade dos decretos-leis de desenvolvimento das*

⁷ Cfr. o nº 3 do artigo 112º da Constituição da República Portuguesa, por exemplo.

leis sobre bases de um sistema ou matéria da competência reservada da Assembleia Nacional.»

O quadro normativo é claro quanto à possibilidade de fiscalização da ilegalidade de uma resolução face a um parâmetro da lei. No caso concreto os requerentes pedem um controlo de legalidade tendo como parâmetro normas do Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei nº 35/V/97, de 25 de agosto⁸. O Estatuto dos deputados corresponde a uma matéria que é da competência da Assembleia Nacional absolutamente reservada. Ele é aprovado por uma maioria de dois terços dos Deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções (alínea i) do artigo 176º em conjugação com o nº 3 do artigo 161º). Além da qualificação que tal estatuto ganha por força da dupla maioria de aprovação, uma em relação ao universo dos presentes, e a outra em relação ao universo dos deputados em efetividade de funções, a sua aprovação obedece a um procedimento especial, na medida em que o projeto ou a proposta do Estatuto do Deputado são obrigatoriamente votados na especialidade pelo Plenário (nº 4 do artigo 160º). Não sendo necessário aqui discutir o efeito deste agravamento procedimental na relação com as demais leis ordinárias comuns, o que importa é verificar que da Constituição e da própria LTC parece resultar uma tendencial superioridade da lei em relação às resoluções, quando admitem o controlo da legalidade destas. Sendo assim, admite-se a trâmite a fiscalização da legalidade da Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional nº 3/X/2022. Mas, mesmo que se admitisse uma tendencial paridade entre lei e resolução, o que aqui não se faz, poder-se-ia convocar o critério da especialidade para fundamentar um controlo da legalidade.

Resolvidas as questões prévias, cumpre responder as questões principais.

B. Questões principais

2. São as seguintes as questões principais que o Tribunal Constitucional deverá responder:

⁸ O Estatuto dos Deputados foi alterado pelas Leis nº 98/99, de 22 de março, e nº 120/V/2000, de 5 de junho.

A) Se a Resolução da Comissão Permanente nº 3/X/2021, que, *a pedido do Procurador-Geral da República, autorizou a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial, nos termos do artigo 78º, e al. a) do artigo 264º do Código de Processo Penal está em desconformidade com o nº 1 do artigo 148º da Constituição?*

B) Se a Resolução da Comissão Permanente nº 3/X/2021, que, *a pedido do Procurador-Geral da República, autorizou a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial, nos termos do artigo 78º, e al. a) do artigo 264º do Código de Processo Penal está em desconformidade com o nº 3 do artigo 170º da Constituição?*

C) Se a Resolução da Comissão Permanente nº 3/X/2021, que, *a pedido do Procurador-Geral da República, autorizou a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial, nos termos do artigo 78º, e al. a) do artigo 264º do Código de Processo Penal, está em desconformidade com o disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados e do Regimento da Assembleia Nacional que determinam que, no caso de ser movido procedimento criminal contra um Deputado, a suspensão do mandato para efeitos de prosseguimento do dito processo crime, é da competência do Plenário que decidirá por Resolução aprovada por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções e por escrutínio secreto?*

2.1. Será que a Resolução da Comissão Permanente nº 3/X/2021, que, *a pedido do Procurador-Geral da República, autorizou a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial, nos termos do artigo 78º, e da al. a) do artigo 264º do Código de Processo Penal, está em desconformidade com o nº 1 do artigo 148º da Constituição?*

2.1.1. Conforme se pode verificar nos autos (doc. nº 1) O Procurador-Geral da República, através de ofício confidencial, solicitou a devida autorização à Assembleia Nacional «para a detenção fora de flagrante delito do Deputado A. F. Oliveira.... para imediata apresentação a primeiro interrogatório». Como se sabe, a Assembleia Nacional, órgão de soberania eleito diretamente pelo povo e representativo da pluralidade

de todos os cabo-verdianos, do ponto de vista organizativo é um órgão complexo: ela inclui diversos órgãos, designadamente o Presidente da Assembleia Nacional, a Mesa, o Plenário, como órgão principal, e as Comissões. Estas últimas desdobram-se em Comissão Permanente, Comissões Especializadas, Comissões Eventuais, ou *ad hoc*, e Comissões de Inquérito Parlamentar. Integram ainda a Assembleia Nacional do ponto de vista organizativo, mas em plano distinto, os Grupos Parlamentares, que, enquanto entidades políticas, são instituições centrais da vida constitucional e democrática moderna.

2.1.2. Antes de responder à pergunta, convém recordar o que dispõe o nº 1 do artigo 148º da Constituição, como é que se chegou à redação atual e qual o lugar e a natureza de que se reveste a Comissão Permanente da Assembleia Nacional, a sua composição e o modo de decisão dela. A Comissão Permanente está inserida no capítulo II (*Da Organização*) do Título III (*da Assembleia Nacional*) da Parte V da Constituição da República, intitulada «*Da Organização do Poder Político*». Ela está prevista no artigo 147º que se refere aos diversos tipos de comissões da Assembleia Nacional e, com mais detalhe, no artigo 148º que é dedicado inteiramente a tal comissão que, obrigatoriamente, deve ser constituída logo na primeira reunião da Assembleia Nacional para início da legislatura, após as eleições dos Deputados (alínea d) do artigo 153º). O referido artigo 148º é uma norma essencial para o entendimento do lugar que a Comissão Permanente ocupa na organização e no funcionamento da Assembleia Nacional. Ele começa por definir o período de funcionamento deste órgão. Reporta-se, depois à sua composição e presidência, à formação da vontade político-institucional no seu seio, bem como à sua competência. O nº 1 do artigo 148º dispõe quanto ao funcionamento o seguinte: «*A Comissão Permanente funciona durante o período em que se encontrar dissolvida a Assembleia Nacional, nos intervalos das sessões legislativas e nos demais casos e termos previstos na Constituição*».

A história constitucional recente de Cabo Verde atesta a presença de uma Comissão Permanente da Assembleia Nacional com regulação direta na Constituição da República, pelo menos desde 1992. A norma jurídico-organizatória antecedente do nº 1 do artigo 148º, e prevista no nº 1 do artigo 160º da versão originária da CRCV de 1992, estatuiu o seguinte: «*A comissão permanente funciona durante o período em que se encontra dissolvida a Assembleia Nacional, nos intervalos das sessões e nos demais casos e termos*

previstos na Constituição e no Regimento». Por sua vez o artigo 147º da Constituição de 1992, revista em 1999, estipulava que: «A Comissão Permanente funciona durante o período em que se encontrar dissolvida a Assembleia Nacional, **nos intervalos das sessões** e nos demais casos e termos previstos na Constituição». Nota-se, pois, que até 2010, data da última revisão da Constituição, há uma referência a funcionamento da Comissão Permanente designadamente «*nos intervalos das sessões e nos demais casos previstos na Constituição e no Regimento*».

A Comissão Permanente não pode ser comparada às denominadas comissões especializadas, vistas tradicional e tendencialmente como meros órgãos auxiliares da Assembleia Nacional ou do Plenário. Isto, por duas razões essenciais. Primeiro, porque a Comissão Permanente é um *órgão constitucional* de constituição obrigatória e com a sua composição e poderes mais importantes definidos diretamente na Constituição, enquanto as comissões especializadas vêm a sua composição, competência e funcionamento regulados no Regimento da Assembleia Nacional, como decorre do nº 5 do artigo 147º. Em segundo lugar, a Comissão Permanente não pode ser comparada com as demais comissões, porque ela é um órgão marcadamente *substitutivo* do Plenário, o que não acontece com as comissões especializadas, não obstante estas modernamente tenderem a exercer poderes que anteriormente estavam reservados ao Plenário, como é o caso, por exemplo, da discussão e votação de leis na especialidade (ver o nº 3 do artigo 160º da CRCV)⁹.

Esta dimensão substitutiva do Plenário, fundamental para a análise da questão *sub judice*, pode melhor ser entendida se se tiver em conta o que a Constituição da República dispõe sobre a composição da Comissão Permanente, o seu caráter de órgão que representa os deputados dos diversos grupos políticos e contempla a «*institucionalidade*» do próprio Plenário, sem deixar de considerar a titularidade de votos que cada representante dos grupos políticos detém na Comissão Permanente. Tenha-se em vista o que dizem os números 2, 3 e 4 do artigo 148º, *primeiro* sobre a presidência do órgão e a sua composição, *segundo* sobre a representação dos partidos sem força de grupo parlamentar, *terceiro* sobre o número de votos de que são titulares os representantes dos grupos parlamentares

⁹ O nº 3 do artigo 160º da CRCV determina que, por deliberação do Plenário da Assembleia Nacional, os projetos e propostas de lei podem ser votados na especialidade pelas Comissões Especializadas, sem prejuízo do poder de avocação pelo Plenário da Assembleia Nacional.

e os dos partidos sem força de grupo parlamentar. Assim: «2. A Comissão Permanente é presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional e integra os vice-Presidentes e os Secretários da Mesa, bem como um Deputado indicado por cada Grupo Parlamentar. 3. Cada partido político com assento na Assembleia Nacional que não tenha Grupo Parlamentar constituído é representado na Comissão Permanente por um Deputado designado pelo conjunto dos seus Deputados. 4. Os representantes referidos nos números anteriores têm na Comissão Permanente um número de votos igual ao número de deputados que representam».

2.1.3. O quadro normativo para o funcionamento da Comissão Permanente, regulado basicamente na Carta Magna da República, não fica completo se, por um lado, não se lançar um olhar para o Regimento da Assembleia Nacional enquanto expressão do Direito Parlamentar e Direito Constitucional em sentido material e, por outro lado, também se não se tiver em conta o próprio Regulamento (ou Regimento) de funcionamento desse órgão e a prática parlamentar nesta matéria de atividade da Comissão Permanente. Ora, o artigo 43º do Regimento da Assembleia Nacional vigente, de 21 de junho de 2018, determina o seguinte: «A Comissão Permanente funciona nos **intervalos das reuniões Plenárias**, durante o período em que se encontra dissolvida a Assembleia Nacional e nos demais casos e termos previstos na Constituição.» Esta redação é *ipsis verbis* igual à prevista no artigo 54º do Regimento anterior, de 29 de setembro de 2000, que vigorou até 1 de outubro de 2018, isto é 18 anos.

O regimento vigente da Assembleia Nacional prevê na alínea h) do seu artigo 44º que é da competência da Comissão Permanente «*elaborar o seu regulamento*». Acontece que o regulamento de que se fala no artigo 44º é até agora o denominado «regimento» da Comissão Permanente de 12 de abril de 1993¹⁰, cujo artigo 3º traz uma norma que reproduz o que dizia a Constituição de 1992, antes da revisão de 1999, quanto ao funcionamento da CP : « A comissão permanente funciona durante o período em que se encontra dissolvida a Assembleia Nacional, **nos intervalos das sessões** e nos demais casos e termos previstos na Constituição e no Regimento». Note-se que no Direito Parlamentar cabo-verdiano se tem entendido por sessão plenária o período dos trabalhos

¹⁰ Para o conceito constitucional de regimento, veja-se o artigo 263º da CRCV, que determina que «*revestem a forma de regimento os atos normativos reguladores da organização e funcionamento dos órgãos colegiais aprovados por estes*».

parlamentares que decorre da abertura ao encerramento dos trabalhos do Plenário da Assembleia Nacional (artigo 334º do Regimento vigente e 301º do Regimento anterior, de 29 de setembro de 2000). Já quanto à reunião Plenária, o Regimento vigente, seguindo o anterior, estatui no seu artigo 335º *que «a cada dia corresponde uma Reunião Plenária, podendo ocorrer em casos excecionais, mais que uma reunião no mesmo dia»*.

2.1.4. Na prática parlamentar de várias legislaturas a Comissão Permanente tem funcionado não só no intervalo das sessões legislativas, mas também no **intervalo das reuniões plenárias**. O que acontece, tendo por base o artigo 43º do Regimento da Assembleia, por um lado, e, por outro, a norma do Regimento da Comissão Permanente, aprovado em 1993, cujo artigo 3º foi reproduzido acima.

Esta prática que, aparentemente seria contrária ao entendimento literal do nº 1 do artigo 148º, que dispõe que *«A Comissão Permanente funciona durante o período em que se encontrar dissolvida a Assembleia Nacional, nos intervalos das sessões legislativas e nos demais casos e termos previstos na Constituição»*, parece ter muito a ver com três aspetos : primeiro, com o facto de a Constituição cometer à Comissão Permanente competências fundamentais e importantes para a funcionalidade geral do Parlamento cabo-verdiano, como é o caso da competência para *«exercer os poderes da Assembleia Nacional relativamente aos mandatos dos deputados»*; em segundo lugar, porque a partir da quinta legislatura se registou uma mudança estrutural do funcionamento da Assembleia, que deixou de ser um parlamento de «horas vagas»¹¹, que se reunia duas vezes por ano e por cerca de dez dias, para se tornar num parlamento a tempo inteiro (full time Parliament»); em terceiro lugar, porque, independentemente de ter havido ou não uma ideia de se avançar para um «parlamento de trabalho» em vez de «um parlamento de discursos»¹², se impunha uma assunção mais racional de papéis entre

¹¹ Dando conta da intermitência do funcionamento do Parlamento cabo-verdiano, cfr. **Aristides R. Lima**: *Reforma Política em Cabo Verde. Do paternalismo à modernização do Estado*, Praia, 1992, p. 32 e ainda **J.J. Gomes Canotilho**: *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª edição, Coimbra, 2003, p. 611.

¹² Sobre esta terminologia cfr. **Suzanne S. Schüttenmeyer**: *Vergleichende Parlamentarismusforschung*, in **Dirk Berg-Schlosser/ Ferdinand Müller-Rommel** (Orgs.) *Vergleichende Politikwissenschaft*, 2ª edição, Opladen, pp. 190 e segs. Aí a autora do livro *«Pesquisa comparada do Parlamentarismo»*, citando o conhecido autor **Winfried Steffani** diz o seguinte: «A análise em particular da função legislativa e de relações públicas do Parlamento acarreta uma nova tipologia: a distinção entre parlamentos de discurso e parlamentos de trabalho (Steffani 1979: 327-345). Steffani caracteriza o Congresso americano como parlamento de trabalho e o parlamento alemão como forma mista, isto é de «parlamento de trabalho» e «de discurso». O «parlamento de discurso» pretende ser «Fórum da opinião pública, o palco oficial de todas as grandes discussões políticas que mexem com a Nação (Steffani 1979:333). O seu Plenário é o lugar dos

diversos órgãos da Assembleia Nacional, especialmente entre o Plenário e as Comissões. Importava, neste contexto, não só descongestionar o Plenário de matérias muito recorrentes como as sobre o exercício do mandato dos Deputados, para que pudesse concentrar-se nas questões mais importantes, mas também reforçar o papel das Comissões Especializadas, designadamente na discussão e aprovação na especialidade dos diplomas que não estão sujeitos à reserva do Plenário. Este facto teve impacto no funcionamento da Comissão Permanente, que por força da Constituição tem competências para exercer os poderes da Assembleia Nacional [leia-se do Plenário] relativamente aos mandatos dos Deputados (alínea a) do nº 5 do artigo 148º).

Ora, uma observação da evolução histórica do parlamentarismo cabo-verdiano demonstra que estas competências têm sido exercidas mesmo no período normal de funcionamento da Assembleia Nacional, que constitucionalmente foi determinado como sendo de 1 de outubro a 31 de julho.

Para comprovar a prática da Comissão Permanente de exercer poderes da Assembleia Nacional relativamente aos mandatos dos Deputados, basta recordar que aquele órgão, conforme resulta de documentação enviada pela Assembleia Nacional, a solicitação desta Corte Constitucional, ao longo da IX e X legislaturas aprovou inúmeros atos relativos aos mandatos dos Deputados, designadamente resoluções relativas ao levantamento de imunidades e à suspensão temporária de mandatos, matérias que a serem decididas sempre pelo Plenário poderiam impactar negativamente a funcionalidade do Plenário como órgão principal da Assembleia Nacional. Assim, na X legislatura, que ainda está longe de terminar, pelo menos por decurso do tempo, foram aprovadas 12 resoluções para 13 Deputados serem ouvidos na condição de testemunhas (publicadas em abril e agosto); um Deputado foi suspenso do mandato para prosseguimento do processo (04 de agosto de 2021 - Resolução nº 6/ X/ 2021); para além do caso *sub judice* em que foi conferida a autorização, a pedido do Procurador-Geral da República para a detenção fora de flagrante delito para apresentação a primeiro interrogatório judicial do Deputado Amadeu Oliveira, a 12 de julho de 2021 (resolução nº 3/X/2021). Já na IX legislatura foram aprovadas 19 resoluções para Deputados serem **ouvidos na condição de**

generalistas políticos, que oferecem à opinião pública claras alternativas. No «parlamento de trabalho» as comissões desempenham o papel mais importante, «a figura mais importante não é o homem de discursos, mas sim o especialista conhecedor da matéria, o incansável relator» (Steffani 1979:333)».

testemunhas ou de arguido, tendo as resoluções sido publicadas em diversos meses: fevereiro, março, maio, julho, agosto, setembro e dezembro.

2.1.5. Pelo exposto, nota-se que existe uma prática efetiva de a Comissão Permanente funcionar no intervalo das reuniões plenárias para exercer os poderes em relação ao mandato dos Deputados. As questões que se colocam são, primeiro, se esta prática de a Comissão Permanente funcionar no intervalo das reuniões Plenárias para exercer poderes em relação ao mandato dos deputados, pode ser vista como um costume constitucional e, em segundo lugar, se o costume constitucional pode ter efeito derogatório contra o sentido literal claro da norma do nº 1 do artigo 148º da Constituição.

Como se sabe, o direito costumeiro é um direito não escrito e não criado por um órgão do Estado e o seu fundamento da validade é a convicção jurídica geral que se manifesta num uso constante¹³. Pressuposto para o seu surgimento é «*uma prática efetiva longa*» que é *duradoura e permanente, uniforme e geral e que é reconhecida pelos envolvidos como norma jurídica vinculativa*¹⁴.

A maioria dos autores que admite o costume como fonte de Direito Constitucional fá-lo, sobretudo, em relação às modalidades de costume *secundum constitutionem* e *praeter constitutionem*. O costume *secundum constitutionem* é aquele que está em conformidade com as normas e princípios constitucionais, o *praeter constitutionem* é o que vai para além das normas e dos princípios constitucionais, desenvolvendo, portanto a própria Constituição. Muitos descartam, em geral, o costume *contra constitutionem* porque este é considerado como incompatível com a primazia da normatividade constitucional.

2.1.6. Não é a primeira vez que este Tribunal se confronta com uma situação em que se convoca a questão do costume como fonte de direito. Em 2020, por ocasião das eleições municipais no âmbito dos autos de Recurso Contencioso Eleitoral nº 17/2020 – «*Lídia de Melo e outros contra a Assembleia Municipal de São Vicente*» - e nº 18/2020 - «*Elisabete dos Santos Évora e outros contra a Assembleia Municipal de Boavista*»- pretendeu-se que teria havido um costume institucional que apontaria para o direito de o cabeça da lista

¹³ Cfr. **Karl Larenz** : *Metodologia da Ciência do Direito*, 3ª edição, Lisboa 1997, p. 616. Ver ainda **Martin Klose**: *Modernes Gewohnheitsrecht*, RW Rechtswissenschaft pp. 370-401, RW, Jahrgang 8(2017), Heft 4.

¹⁴ Cfr. **Klaus Stern**: *Staatsrecht der Bundesrepublik Deutschland*, Bd II, Munique, 1980, p. 580.

mais votada para a Assembleia Municipal assumir a Presidência desse órgão *«como aliás acontece – e até por norma vinculativa de origem costumeira - em relação ao órgão municipal paralelo, a Câmara Municipal, saída da mesma eleição»*. Na altura, a Corte Constitucional entendeu que não se podia falar da existência de um costume em relação à eleição do Presidente da Assembleia Municipal, argumentando da seguinte forma : *« De facto, olhando para a realidade cabo-verdiana pode-se dizer, em primeiro lugar, que não é verdade que exista uma prática institucional (com a consequente convicção de juridicidade) no sentido de se considerar o cabeça de lista da lista mais votada para a Assembleia Municipal automaticamente como Presidente deste órgão. A regra é que os candidatos sejam sujeitos ao crivo do voto para a eleição pelos próprios membros da Assembleia Municipal enquanto colégio eleitoral de 2º grau. Em segundo lugar, não existe a consideração da alegada prática como obrigatória, o que se reflete no facto de se fazerem no âmbito da Assembleia Municipal sempre as eleições para o Presidente deste órgão»* - Acórdãos nºs 52/2020 e 53/2020.

Já anteriormente, aquando da apreciação dos autos de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade nº 1/2017, promovida por um Grupo de Deputados do Grupo Parlamentar do PAICV, tendo por objeto normas contidas na Lei nº 5/IX/ 2016, o Tribunal Constitucional também teve oportunidade de se confrontar com o problema do costume constitucional, quando aprovou o Acórdão 27/2017, de 14 de dezembro, com dois votos particulares dos Juízes Conselheiros sobre a matéria. Então desenvolveu-se um debate fecundo sobre a aceitabilidade do costume constitucional como fonte de direito, sobre os próprios requisitos de admissão do costume e sobre a problemática dos limites da sua admissibilidade. No que diz respeito à admissibilidade os juízes reconheceram unanimemente que facilmente se pode acolher um costume parlamentar secundum constitutionem, que está em conformidade com as normas e princípios constitucionais e um costume praeter constitutionem, que vai para além das normas e princípios constitucionais, complementando-as. Quanto ao costume constitucional contra constitutionem então foram formuladas posições diferenciadas, uma que chamava a atenção para alguma contenção quando normas costumeiras se projetavam contra um «sentido claro da norma constitucional», e contra a própria finalidade da mesma, a outra posição que, chamando atenção para a distinção entre normas constitucionais e preceitos da Constituição, buscou afirmar uma dogmática quanto aos limites da aceitação de costumes contra a Constituição a partir da interpretação valorativa da cláusula

consagradora de limites materiais de revisão da Constituição. Segundo esta perspectiva, o *costume contra constitutionem* não pode prevalecer contra uma norma que pertença aos limites materiais de revisão da Constituição, também conhecidos como «cláusula de eternidade» («*Ewigkeitsklausel*»), cláusulas pétreas ou cláusulas de intangibilidade. Na sua declaração de voto particular, o Venerando Juiz Conselheiro J. Pina Delgado justificou a sua posição quanto aos limites da aceitação da *consuetudo contra constitutionem*, explanando o seguinte: «A sua rejeição deverá acontecer mais substancialmente quando o costume atingir qualquer das matérias protegidas pela cláusula de limites materiais à revisão constitucional, o que significa que não se poderia formar costumes constitucionais contrários à independência nacional, à integridade do território nacional e à unidade do Estado, à forma republicana de governo, ao sufrágio universal, direto, secreto e periódico para a eleição dos titulares dos órgãos de soberania e poder local, à separação de poderes dos órgãos de soberania, à autonomia do poder local, à independência os tribunais, ao pluralismo de expressão e de organização política e ao direito de oposição, e, por fim, mais representativamente, aos direitos, liberdades e garantias» . Conclui apodicticamente: «Se o legislador constituinte originário não autoriza ao legislador constituinte de reforma formal atingir as matérias referidas quando assume poderes de revisão nos termos da Constituição, muito menos o autorizaria a qualquer poder constituinte de reforma informal, como seria aquele que constituiria uma norma costumeira. Em matéria de direitos, liberdades e garantias o desenvolvimento de normas costumeiras que levassem à compressão não só seriam inconstitucionais, como não podiam ser reconhecidos por este Tribunal...».

2.1.7. No que diz respeito aos requisitos para a existência de um costume, a posição do Tribunal é essencialmente que estejam reunidos os elementos constitutivos seguintes: uma prática reiterada e a convicção da sua obrigatoriedade (*opinio iuris*). Este entendimento foi, de resto, reiterado no Parecer nº 2/2020, do Tribunal Constitucional, quando retomou um impressionante e compacto trecho da formulação da Declaração de Voto Concorrente do Juiz Conselheiro J. Pina Delgado, sobre o apuramento da existência de direito costumeiro, inserto no Acórdão nº 27/2017, de 14 de dezembro: «...o que vai importar, no fundo é que os elementos constitutivos do costume estejam presentes, nomeadamente os que compõem a sua dimensão objetiva, aferível através da avaliação da própria prática, o *corpus*, marcada, de uma parte, pela repetição, pela duração, pela uniformidade e pela clareza, de que resulta a sua consistência, pela aceitação geral dos

atores envolvidos, ou, se se quiser, pelo consentimento generalizado e, da outra, pelo animus, ou a chamada convicção de obrigatoriedade».

No caso em apreço, nota-se que, deixando de lado, o período de antes da última revisão constitucional, se firmou pelo menos desde essa altura, 2010, uma prática reiterada de a Comissão Permanente da Assembleia Nacional, integrada como se sabe pelo Presidente do Parlamento, pelos vice-presidentes e secretários da mesa, e ainda por representantes dos diversos grupos políticos com assento na augusta câmara parlamentar, funcionar no intervalo das sessões plenárias e mesmo das reuniões plenárias¹⁵. Tanto mais que quer o Regimento aprovado no ano de 2000, quer o Regimento do ano de 2018 determinam o funcionamento «*nos intervalos das reuniões plenárias*». Há pelo menos 22 anos que a Comissão Permanente da Assembleia Nacional vem, de forma reiterada e consistente funcionando deste modo, não havendo conhecimento de qualquer discordância em relação a tal exercício, nem tampouco de descontinuidade dessa prática. Pelo contrário, tal prática aparenta ser aceite pela generalidade dos envolvidos como juridicamente vinculativa, até porque, como se viu os intervenientes na Comissão Permanente são de um lado os membros da mesa e do outro os representantes dos grupos políticos com ou sem força de grupo parlamentar, os quais falam em nome e no interesse dos seus representados, que são os Deputados.

Este costume vem regulando o funcionamento do órgão constitucional Comissão Permanente e corresponde, pois, a um costume constitucional. É evidente que existe aqui, por um lado, uma prática reiterada de aprovação de atos respeitantes ao exercício do mandato dos deputados (elemento de facto) e por outro, o lado o aspeto psicológico, isto é a convicção da obrigatoriedade resultante da prática.

2.1.8. Ora, admitindo-se o costume constitucional contra a Constituição como o Tribunal admite, tal significa que se pode aceitar um efeito derogatório em relação à norma do n.º 1 do artigo 148.º da Constituição da República. Assim, a resolução n.º

¹⁵ Os conceitos de sessão plenária e reunião plenária vêm definidos nos artigos 334.º e 335.º do Regimento vigente, como de resto já acontecia no Regimento anterior: artigo 334.º: «Por Sessão Plenária entende-se o período dos trabalhos parlamentares que decorre da abertura ao encerramento dos trabalhos do Plenário da Assembleia Nacional»; artigo 335.º: «A cada dia corresponde uma reunião Plenária, podendo ocorrer, em casos excecionais, mais que uma reunião no mesmo dia».

3/X/2021, de 12 de julho, da Comissão Permanente não é inconstitucional por ser conforme a norma costumeira constitucional.

2.1.9. Por outro lado, não se pode ignorar o modo como o Plenário da Assembleia Nacional manifestou o seu entendimento quanto ao exercício da competência pela Comissão Permanente, questão de resto evocada pelo Parlamento, enquanto órgão produtor da norma, ao se pronunciar sobre a Resolução aprovada por essa Comissão: «Em forma de recurso, na sessão plenária de 11 de fevereiro de 2022, por iniciativa de três Deputados da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (art.º 159º da Constituição da República e al. c) do art. 65º do Regimento da Assembleia Nacional), a Resolução objeto da presente fiscalização, após parecer da Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado (cfr. doc. nº 2) foi objeto de reapreciação, tendo o Plenário da Assembleia Nacional decidido pela sua confirmação (cfr. Doc. 4 e nº 5 juntos à p.i.)» Na prática o que aconteceu foi o seguinte, confrontado com uma proposta de resolução da UCID para a revogação da Resolução nº 3/X/ 2021 da Comissão Permanente, o Plenário da Assembleia Nacional, na sessão Plenária de 11 de fevereiro de 2022, manteve a posição da Comissão Permanente ao votar com 11 votos a favor, 32 contra e 21 abstenções. Isto é a proposta da UCID foi rejeitada e daí resultou uma confirmação implícita do ato da Comissão Permanente pelo principal órgão do Parlamento, como de resto aludiu o Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República na sua douta e breve promoção oral.

2.2. Será que a Resolução da Comissão Permanente nº 3/X/2021, que, *a pedido do Procurador-Geral da República, autorizou a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial, nos termos do artigo 78º, e al. a) do artigo 264º do Código de Processo Penal está em desconformidade com o nº 3 do artigo 170º da Constituição?*

2.2.1. Os 15 membros da Assembleia Nacional que suscitaram o pedido de fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade entendem que fora de flagrante delito, o Deputado só pode ser detido ou preso, independentemente de moldura penal, depois de o tribunal competente ter proferido despacho de pronúncia, quando o processo já estiver prestes a ir para o julgamento e nunca logo no início do processo como aconteceu. Por esta razão, a Resolução seria inconstitucional. Antes de se responder à pergunta, impõe-

se recordar o que regula o artigo 170º e se a resolução aprovada encontra base constitucional no artigo 170º.

2.2.2. O artigo 170º da Constituição da República incide sobre o complexo das chamadas imunidades. Começa por regular a *irresponsabilidade* ou «indemnidade» (nº 1) e a *inviolabilidade* dos deputados (nº 2). No nº 3 determina o que a Assembleia Nacional deve fazer após um despacho de pronúncia em processo crime contra o Deputado, incluindo a obrigação de suspensão do mandato quando se trate de crime punível com pena cujo limite máximo seja superior a oito anos. No nº 4 determina o foro próprio para a responsabilização dos deputados que cometam crimes no exercício de funções. A redação do texto que foi alterada na revisão de 2010, por unanimidade e sem discussão, diz o seguinte: «1. *Pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções, os Deputados e os Grupos Parlamentares não respondem civil, criminal ou disciplinarmente.* 2. *Nenhum Deputado pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Nacional, salvo em caso de flagrante delito por crime a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a três anos.* 3. *Movido procedimento criminal contra um Deputado e pronunciado este, a Assembleia Nacional, a requerimento do Procurador-Geral da República, decidirá se o respetivo mandato deve ou não ser suspenso para efeitos de prosseguimento do processo, sendo obrigatória a suspensão quando se trate de crime a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a oito anos.* 4. ...»

Importa aqui recordar que o digníssimo Senhor Procurador-Geral da República solicitou à Assembleia Nacional a autorização para a detenção ao abrigo do nº 2 do artigo 170º da Constituição, tendo esta também concedido a mesma, invocando como base o nº 2 do artigo 170º, que dispõe, repete-se, que : *Nenhum Deputado pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Nacional, salvo em caso de flagrante delito por crime a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a três anos.* Ora, esta norma determina que existe uma regra geral segundo a qual nenhum Deputado pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Nacional e que existe uma exceção à regra da autorização, quando se tratar de uma situação de flagrante delito por crime a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos. Quando não estiver em causa uma situação de flagrante delito tal qual qualificado neste preceito, o Deputado pode ser detido com autorização da

Assembleia Nacional. Esta interpretação resulta do raciocínio *a contrario*: se a norma constitucional estatui que nenhum deputado pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Nacional, *a contrario sensu*, significa que ele pode ser detido ou preso preventivamente com autorização da Assembleia Nacional, salvo, claro a exceção determinada no mesmo preceito.

A norma do nº 3 recobre uma outra situação, uma fase processual bem distinta: aquela em que já tenha havido acusação e pronúncia, o que não era o caso. Na verdade, os ilustres requerentes da fiscalização abstrata sucessiva da Resolução da Comissão Permanente parece terem-se equivocado, quando pediram a inconstitucionalidade com base no nº 3 do artigo 170º. Isto, porque enquanto no nº 2 trata-se de se pedir a autorização para que o Deputado possa ser detido ou simplesmente ouvido como suspeito ou arguido durante a instrução, no nº 3 a regulação jurídico-constitucional reporta-se a uma outra fase processual, à fase em que o Ministério Público já deduziu a acusação e o Juiz já tenha proferido o despacho de pronúncia, nos termos da lei.

Assim, pode-se concluir que a Resolução encontra base constitucional no nº 2 do artigo 170º da Constituição da República e não viola o disposto no nº 3 do mesmo artigo, que, de resto, nem sequer foi invocado pelo PGR ou pela Comissão Permanente.

2.3. Será que a Resolução da Comissão Permanente nº 3/X/2021, que, *a pedido do Procurador-Geral da República, autorizou a detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Fortes Oliveira, para apresentação a primeiro interrogatório judicial, nos termos do artigo 78º, e al. a) do artigo 264º do Código de Processo Penal é incompatível com o disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados e do Regimento da Assembleia Nacional que determinam que, no caso de ser movido procedimento criminal contra um Deputado, a suspensão do mandato para efeitos de prosseguimento do dito processo crime, é da competência da Plenária que decidirá por Resolução aprovada por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções e por escrutínio secreto ?*

Com esta interrogação fica claro o propósito de se suscitar uma questão de ilegalidade da resolução. O quadro jurídico-constitucional e legal é claro quanto à possibilidade de fiscalização da ilegalidade de uma resolução face a um parâmetro da lei. No caso concreto

os requerentes pedem um controlo de legalidade tendo como parâmetro normas do Estatuto dos Deputados. O Estatuto dos deputados corresponde a uma matéria que é da competência absolutamente reservada da Assembleia Nacional. Da Constituição e da própria Lei do Tribunal Constitucional (LTC) parece resultar, como se viu anteriormente, uma tendencial superioridade da lei em relação às resoluções, na medida em que tanto a Lei Fundamental quanto a LTC preveem o controlo da legalidade destas. Sendo assim, admite-se a trâmite a fiscalização da legalidade da Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional nº 3/X/2022.

As normas que se escolheram como parâmetro decorreriam pretensamente dos números 1, 2 e 4 da Lei nº 35/V/97, de 25 de agosto, que aprova o Estatuto dos Deputados. Todavia, há que perguntar se o artigo em causa não terá por via da alteração superveniente da Constituição visto muito do seu sentido original tacitamente modificado designadamente com a reforma da Constituição em 2010, que alterou o anterior artigo 169º, o qual viria a ser posteriormente numerado como o 170º.

2.3.1. Historicamente, a matéria sobre as imunidades dos Deputados foi consagrada primeiramente no artigo 51º da Constituição de 1980 e mais tarde no artigo 181º da Constituição de 1992. O texto da Constituição de 1992 na sua versão originária (artigo 181º) atravessou incólume a revisão constitucional de 1999, tendo, depois, passado a ser, com a mesma redação, o artigo 169º da Constituição. Então os números 2 e 3 estipulavam o seguinte: 2. *Nenhum Deputado pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Nacional, salvo em caso de flagrante delito por crime a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a dois anos e, fora de flagrante delito, por crime a que corresponda pena cujo limite máximo seja superior a oito anos de prisão.* 3. *Salvo o caso previsto na segunda parte do nº 2, movido procedimento criminal contra um Deputado e pronunciado definitivamente, a Assembleia Nacional decide se o Deputado deve ou não ser suspenso para efeitos de prosseguimento do processo.* Esta redação é essencialmente idêntica à dos números 1 e 2 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados em vigor atualmente e que foi aprovado pela Lei nº 35/V/97, de 25 de agosto¹⁶. A redação do artigo 170º da Constituição (antigo artigo 169º), revista em 2010, altera, como se pode ver, globalmente o normativo constitucional anterior sobre

¹⁶ O Estatuto dos Deputados foi alterado pelas Leis nº 98/99, de 22 de março, e nº 120/V/2000, de 5 de junho, sem contudo atingir as normas sobre imunidades.

imunidades, que vigorou desde 1992. Uma das consequências da alteração constitucional parece, pelo menos *prima facie*, ter sido, a revogação implícita ou tácita do disposto nos números 1 e 2 do artigo 11º do Estatuto dos Deputados. Concretizando um pouco melhor, o número 1 afigura-se ter sido revogado tacitamente pelo nº 2 do artigo 170º da CRCV (revisão de 2010) que determina que «*Nenhum Deputado pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Nacional [REGRA GERAL], salvo em caso de flagrante delito por crime a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a três anos [EXCEÇÃO]*». O nº 2 do artigo 11º do ED que fazia referência à segunda parte do nº 1, parece ter sido revogado completamente pela regulação constitucional do nº 3 que é, de resto muito mais abrangente. Quando assim não se entender, o artigo 11º tem de ser pelo menos lido tendo em conta a hierarquia superior da norma constitucional que contempla um âmbito regulatório mais amplo e não totalmente coincidente. Assim, o número 3 do artigo 170º determina que: «*3. Movido procedimento criminal contra um Deputado e pronunciado este, a Assembleia Nacional, a requerimento do Procurador-Geral da República, decidirá se o respetivo mandato deve ou não ser suspenso para efeitos de prosseguimento do processo, sendo obrigatória a suspensão quando se trate de crime a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a oito anos*». Repare-se que enquanto o número 2 do artigo 11º do ED diz que «... movido procedimento criminal contra qualquer Deputado e pronunciado definitivamente, a Assembleia Nacional decide se o Deputado deve ou não ser suspenso para efeitos de prosseguimento do processo» e termina, por aí, o nº3 do artigo 170º adita um segmento a estabelecer a obrigatoriedade da suspensão do mandato do Deputado, «quando se trate de crime a que corresponda pena de prisão, cujo limite máximo seja superior a oito anos».

O nº 4 do artigo 11º do ED estatui que em se tratando de suspensão do deputado para que o processo prossiga depois do despacho de pronúncia ou equivalente, a deliberação da Assembleia será tomada por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos dos deputados em efetividade de funções, após o parecer da Comissão competente.

Ora, no caso em apreço não se verifica qualquer ilegalidade da Resolução nº 3/X/2021, de 12 de julho de 2021, porque o número 4 só se aplica à suspensão do mandato do deputado para o efeito do prosseguimento do processo e não à autorização para a detenção ou prisão preventiva. Aqui chegados, convém não se esquecer que o objeto desta

verificação de constitucionalidade ou legalidade é a Resolução da Comissão Permanente que autorizou a detenção do Senhor Deputado, Amadeu Fortes Oliveira e não a Resolução que suspendeu o seu mandato para que o processo prosseguisse para o julgamento.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, decidem não declarar a inconstitucionalidade e a ilegalidade da Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional nº 3/X/2021, de 12 de julho de 2021.

Registe, notifique e publique.

Praia, 01 de março de 2023

Os Juízes Conselheiros

Aristides R. Lima (Relator)

João Pinto Semedo

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 01 de março de 2023.

O Secretário,

João Borges